

19/05/98 A-2

JOSÉ GOLDEMBERG

## Subsídios e desenvolvimento tecnológico

**E**xiste uma grande quantidade de estudos sobre as causas do desenvolvimento tecnológico, mas a mais simples delas é a de que a concorrência baixa os preços e força a procura de alternativas tecnológicamente superiores. O fato de as prateleiras dos supermercados brasileiros estarem cheias de produtos estrangeiros e o esforço dos produtos nacionais para competir com eles, certamente, estão contribuindo, e muito, para o período de estabilidade que atravessamos. Esse princípio básico da economia, apesar de óbvio e até acaciano, está sendo violado claramente no caso da produção de eletricidade na Amazônia, onerando os consumidores do restante do País,



**Produção de eletricidade na Amazônia onera os consumidores do restante do País**

principalmente os de São Paulo.

O que sucede na Amazônia é que as distâncias são tão grandes e os centros urbanos, tão isolados que não há uma rede elétrica que leve energia às centenas de pequenas localidades existentes naquela região. Por essa razão, energia elétrica é gerada por pequenos motores movidos a óleo diesel, que fornecem eletricidade para cada cidade, separadamente.

É evidente que esse sistema torna a eletricidade cara e de baixa confiabilidade, porque levar óleo diesel a localidades distantes não é fácil e a sua manutenção é problemática. O consumidor da Amazônia não sente esses custos e paga por eletricidade o mesmo que os habitan-

tes do restante do País. A Eletrobrás reconheceu há muitos anos que a Amazônia é um caso especial e paga aos produtores que usam óleo diesel cerca de três vezes mais do que no sul do País.

O subsídio é considerável e monta a cerca de R\$ 400 milhões por ano. Quem paga por ele são os consumidores do restante do País. De São Paulo se origina um terço dos recursos acima mencionados.

Quando foi criado, esse subsídio se justificava – caso contrário, os habitantes de pequenas cidades da Amazônia continuariam sem eletricidade até hoje.

O que nunca se justificou foi o fato de que os subsídios se tornassem permanentes – o que criou um grupo de beneficiários sem nenhum interesse em melhorar a tecnologia e reduzir os subsídios.

Com o grande programa de desregulamentação do setor elétrico em andamento, acreditava-se que todos os subsídios seriam

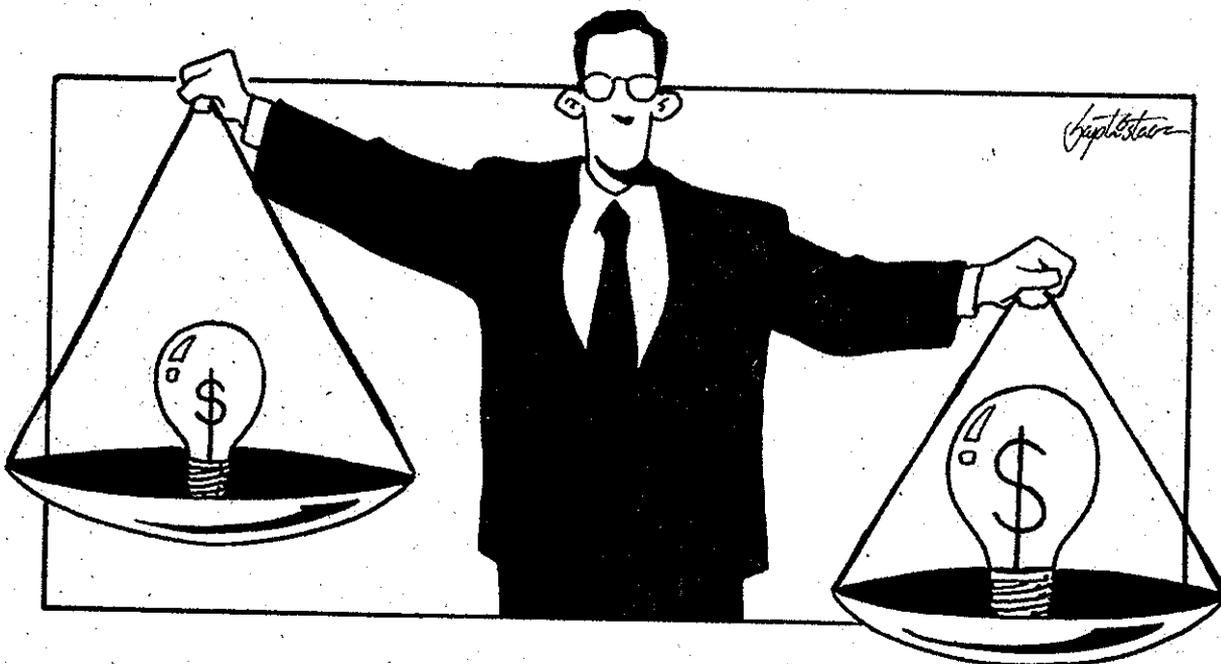
reduzidos gradualmente, abrindo caminho para a modernização dos sistemas e, eventualmente, para o uso de tecnologias alternativas, como a energia solar ou a utilização de madeira – que é abundante na Amazônia – para gerar eletricidade.

Não foi isso, porém, o que aconteceu. Uma medida provisória em apreciação no Congresso – que já foi reeditada 16 vezes – recebeu emendas e o relator, deputado João Carlos Aleluia, produziu um texto que mantém por 15 anos (!) subsídios à eletricidade gerada por óleo diesel na Amazônia.

Curiosamente, a mesma medida provisória propõe a redução gradativa, até a sua extinção no ano 2002, dos subsídios à eletricidade gerada por carvão mineral no sul do País. Essa sábia medida dá, pois, um prazo razoável durante o qual os produtores poderão melhorar sua tecnologia ou procurar alternativas.

Essa é a estratégia que é usada no mundo todo para acelerar os avanços técnicos. A Inglaterra, por exemplo, em 1990 introduziu um pequeno adicional de 1% em todas as contas de eletricidade do País. O fundo formado com esse adicional foi usado para encorajar os produtores de eletricidade gerada por ventos e lixo urbano. O subsídio foi reduzido gradualmente a cada ano e forçou a queda dos preços. No período de cinco anos, a eletricidade gerada por métodos alternativos compete com a gerada com carvão e petróleo.

Esse é o caminho que deveríamos seguir no Brasil, e não eternizarmos subsídios que podem beneficiar alguns privilegiados, mas não a população em geral.



■ José Goldemberg foi reitor da USP e ministro da Educação